

## Implicações sobre Desigualdade Ambiental Presente na Cartilha “O Dia em que a Mata Sumiu”

*Implicaciones para la Desigualdad Ambiental en la Cartilla “El Día en que la Vegetación Desaparecida”*

*Implications about Environmental Inequality in the Booklet “The Day in Which Mata Disappeared”*

Cláudia de Fátima Ferreira Pessoa

Carla Cilene Siqueira Moreira

Tânia Guimarães Ribeiro

**Resumo:** Este trabalho analisa a cartilha “O dia em que a Mata Sumiu”, do Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde (PBV), com o objetivo de verificar a dimensão socioambiental da desigualdade e como esta se manifesta no discurso presente na cartilha e nas implicações direcionadas à população, sobretudo às mulheres, figuras centrais da política pública. Para isso, utilizamos a metodologia qualitativa baseada na leitura e observação crítica do seu discurso, articulada à literatura sobre desigualdade ambiental e estudos pós-coloniais, além de análises sobre o PBV e políticas afins. Argumentamos que os riscos ambientais afetam predominantemente grupos socialmente vulneráveis, configurando a distribuição desigual das consequências do desenvolvimento econômico. As dimensões da desigualdade de saber/poder identificadas são barreiras ao acesso dos direitos sociais, afetando a constituição da cidadania plena dessas populações, com importante reflexo sobre as mulheres.

**Palavras-chave:** Conservação. Desigualdade ambiental. Programa Bolsa Verde. Representação de Gênero. Amazônia.

**Resumen:** Este trabajo presenta un análisis sobre la cartilla "El día en que la Mata Desaparecida" del Programa de Apoyo a la Conservación Ambiental Bolsa Verde (PBV), con el objetivo de verificar la dimensión socioambiental de la desigualdad y como ésta se manifestaría en el discurso de los formuladores de la cartilla y en las implicaciones dirigidas a la población, sobre todo a las mujeres, figuras centrales de la política pública. Para este análisis se utilizó la metodología cualitativa basada en la lectura y observación crítica de su discurso, articulada la literatura sobre desigualdad ambiental y estudios postcoloniales. Para este artículo, utilizamos análisis sobre el PBV y políticas afines, para comprender la política que guía la formulación de la cartilla. Argumentamos que los riesgos ambientales afectan predominantemente a grupos socialmente vulnerables, configurando la distribución desigual de las consecuencias del desarrollo económico. Las dimensiones de la desigualdad de conocimiento/poder identificadas son barreras al acceso de los derechos sociales, afectando a la constitución de la ciudadanía plena de esas poblaciones, con importante reflexión sobre las mujeres.

**Palabras clave:** Conservación. Desigualdad ambiental. Programa Bolsa Verde. Representación de Género. Amazonia.

**Abstract:** This work presents an analysis on the booklet "O dia em que a mata sumiu" of the Bolsa Verde Environmental Conservation Support Program (PBV) in order to verify the socio-environmental dimension of inequality and how it would manifest itself in the discourse of the policy makers and in the implications directed to the population, especially women, central figures of public policy. For this analysis we used the qualitative methodology based on reading and critical observation of his speech, articulated the literature on environmental inequality and postcolonial studies. For this article, we use analyses on the PBV and related policies, to understand the policy that gives rise to the formulation of the booklet. We argue that environmental risks predominantly affect socially vulnerable groups, configuring the unequal distribution of the consequences of economic development. The dimensions of inequality of knowledge/power identified are barriers to access to social rights, affecting the constitution of full citizenship of these populations, with an important reflection on women.

**Keywords:** Conservation. Environmental Inequality. Bolsa Verde Program. Gender Representation. Amazon.

**Cláudia de Fátima Ferreira Pessoa** – Universidade Federal do Pará. Discente do curso de Graduação em Ciências Sociais. Bolsista do Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica. Integrante do Núcleo de Pesquisa Ação Pública, Território e Ambiente (ACTA). E-mail: [cffpessoa@gmail.com](mailto:cffpessoa@gmail.com)

**Carla Cilene Siqueira Moreira** – Universidade Federal do Pará. Discente do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA. Integrante do Núcleo de Pesquisa Ação Pública, Território e Ambiente (ACTA). E-mail: [carlasiqueiramoreira@gmail.com](mailto:carlasiqueiramoreira@gmail.com)

**Tânia Guimarães Ribeiro** – Universidade Federal do Pará. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Ação Pública, Território e Ambiente (ACTA). E-mail: [ptolomeu@gmail.com](mailto:ptolomeu@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

O Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde (PBV) foi instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Trata-se de uma política socioambiental com duplo objetivo: i) a seguridade social das famílias rurais em situação de extrema pobreza residentes em áreas destinadas à conservação ambiental; ii) contribuir para a conservação do meio ambiente (MMA, 2019).

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), em 2014, o PBV abrangia a nível nacional 71.398 famílias em situação de extrema pobreza. A Amazônia é o bioma com maior cobertura do programa, com o Estado do Pará detendo a maior concentração, com 29.903 bolsistas. O Programa concedia, a cada três meses, o valor de R\$300,00 às famílias caracterizadas como extremamente pobres que residem em áreas consideradas prioritárias à conservação ambiental.

Em 2014, três anos após a implementação do programa, o MMA elaborou uma cartilha cujo objetivo era instruir os bolsistas sobre a importância da conservação dos recursos naturais mediante a transferência de renda. “O dia em que a mata sumiu” foi o nome dado à cartilha.

Neste trabalho, refletimos acerca do conteúdo e de alguns elementos presentes nesta cartilha. A abordagem é de cunho qualitativo, baseada na leitura e interpretação do material em questão, junto à literatura sobre desigualdade ambiental (ACSELRAD *et al.*, 2013; HERCULANO, 2008; MORATO; KAWAKUBO, 2007) e estudos com a perspectiva pós-colonial (MIGNOLO, 2003; DUSSEL, 2005). Utilizamos também estudos que tratam do PBV e outras políticas afins, visando aprofundar a compreensão da política pública que enseja a formulação da cartilha (MOREIRA, 2017; RIBEIRO e SOUSA, 2018; SCHERER e SANTOS, 2015).

Nesse sentido, pretendemos analisar se há uma dimensão socioambiental da desigualdade e como esta se manifestaria no discurso dos formuladores da cartilha e nas implicações direcionadas à população por ela afetada, sobretudo às mulheres, figuras centrais da política pública.

O arranjo familiar predominante entre os cadastrados no PBV é o monoparental feminino, que caracteriza 36% das famílias, seguido por casal com filhos, que corresponde a 33% dos casos. Famílias monoparentais femininas situam-se, predominantemente, na faixa de extrema pobreza, diminuindo a sua recorrência nas outras faixas de renda (MDS, 2014).

A perspectiva pós-colonial presente nos estudos de Mignolo (2003) como saber subalterno e colonialidade do saber, nos estudos de Dussel (2005), nos ajuda a compreender o discurso da cartilha como um instrumento que pode expressar visões hegemônicas que, além de inferiorizar as populações, pode essencializá-las.

A colonialidade do conhecimento configura relações de saber hierárquicas que, de certa forma, invisibiliza a trajetória e a especificidade de povos que se distanciam da lógica que o modelo dominante ocidental impõe.

A episteme desenvolvida em um ponto geográfico específico que se afirma como o centro da racionalidade, subentende-se que haja uma periferia ausente de processos racionais. O modelo de Modernidade que passa a vigorar nas sociedades europeias é vista por Dussel (2005) como a “justificativa de uma práxis irracional de violência” (p. 29). *O mito da modernidade* se assenta, dentre outros aspectos, no ideal de que a civilização moderna seja a mais desenvolvida e superior, bem como haja uma exigência moral de “desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes” (DUSSEL, 2005).

Entendemos que o teor do material reflete concepções socialmente construídas, emitidas pelo poder estatal e traduzidas em políticas públicas, que retornam ao cotidiano dos cidadãos em questão. Reflete a visão que os idealizadores da política detêm acerca da população alvo do programa. A assertiva de que foi o governo quem “inventou um jeito de cuidar da natureza” contida na cartilha, desvela um saber que é moldado em relações de poder (MIGNOLO, 2003). O Estado, nesse caso, é quem tem o domínio de um saber específico e legítimo, que reduz ou desconsidera o saber outro da população. Dessa forma, a política pública é apresentada ao longo da cartilha, como a representação do saber e poder que o Estado detém para resolução dos problemas apresentados.

## 1. Desigualdade Ambiental

O conceito de desigualdade ambiental aponta o fato de que o modelo de produção vigente possibilita que os danos advindos de práticas nocivas, os riscos ambientais, recaiam predominantemente sobre grupos sociais vulneráveis, configurando uma distribuição desigual dos benefícios e malefícios do desenvolvimento econômico (ACSERALD, 2011; ACSELRAD *et al.*, 2012).

Morato e Kawakubo (2007) inferem que este conceito pode também ser analisado sob os termos de *Justiça Ambiental*, visto que reúne os princípios que certificam que não haja uma disparidade entre grupos sociais, das consequências ambientais negativas de atividades econômicas, políticas e programas (HERCULANO, 2002). E *injustiça ambiental*, por sua vez, refere-se ao mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior parcela dos danos ambientais às populações vulneráveis e de baixa renda (HERCULANO, 2002).

O uso da desigualdade ambiental enquanto categoria analítica é importante, pois a articulação que se faz ao pensar elementos sociais e ambientais expõe as consequências do desenvolvimento econômico que afetam os grupos sociais. Nesse trabalho, construímos a interpretação de que essa dimensão da desigualdade pode se expressar, também, numa atribuição desigual da responsabilidade sobre a conservação do meio ambiente.

No contexto brasileiro, as populações rurais, em especial as extrativistas, se voltam aos novos modelos de desenvolvimento e de políticas públicas e sociais (MOREIRA, 2017). Elas preveem a constituição da cidadania daquelas populações, que por longo tempo foram preteridas pela agenda governamental. O MMA, enquanto principal gestor da política na época de sua execução, entendia que a

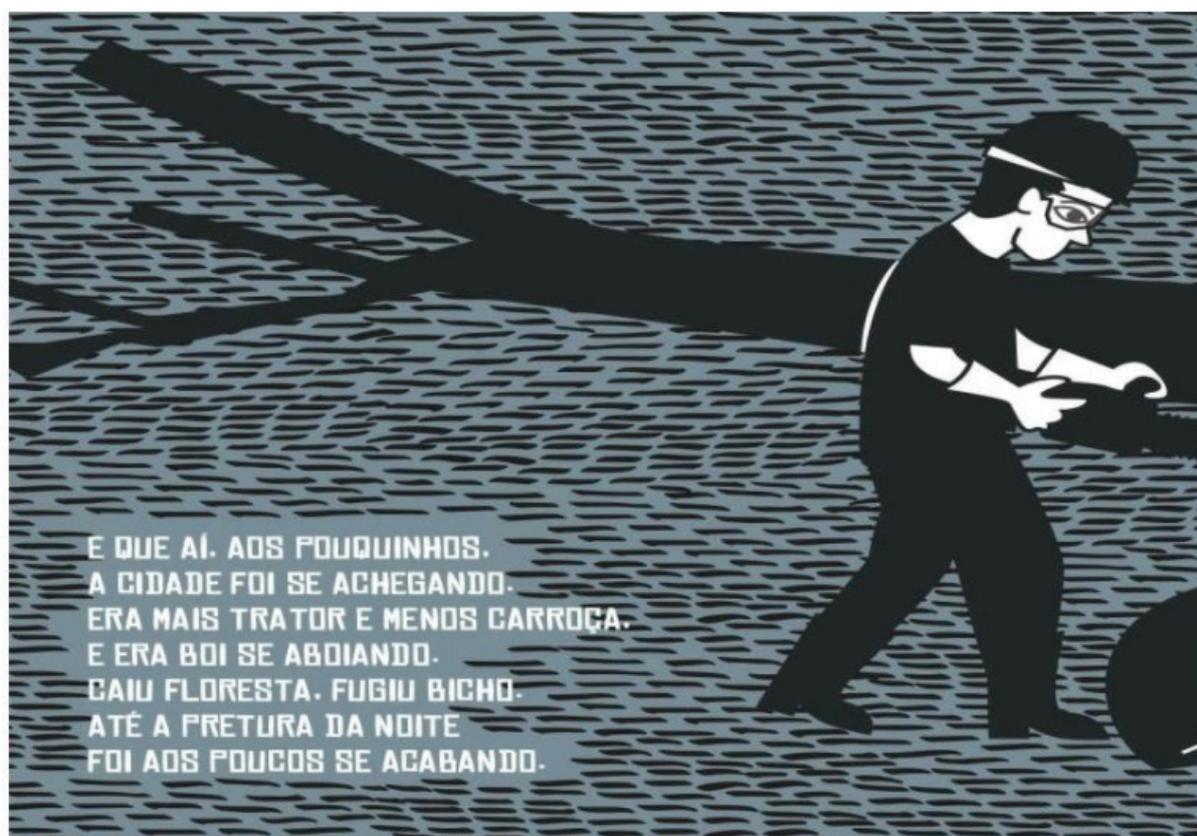
“transição para a sustentabilidade do rural é entendida e conduzida como parte estruturante do projeto de desenvolvimento nacional em curso, cujo objetivo central é assegurar o crescimento econômico com redução das desigualdades sociais, da pobreza e da fome, com conservação dos recursos naturais e da capacidade produtiva dos ecossistemas” (MMA, 2019).

Entretanto, vários obstáculos se inscrevem na realidade social, à efetivação dos objetivos deste novo modelo de desenvolvimento. Os dados do Cadastro Único apontam que a região Nordeste concentra 46% do total de famílias que têm como renda per capita até meio salário mínimo. Ademais, percebemos uma desigualdade regional, posto que, no Norte e Nordeste, mais de 70% das famílias cadastradas estão na extrema pobreza, enquanto nas outras regiões esse percentual de pobreza não atinge nem metade das famílias cadastradas (MDS, 2014).

No que se refere ainda às famílias cadastradas, 54% não têm acesso simultâneo aos serviços básicos, como abastecimento de água pela rede pública, coleta de lixo, escoamento sanitário adequado e energia elétrica. Quanto menor a faixa de renda familiar per capita, menor o acesso simultâneo a serviços essenciais. (MDS, 2014).

A ideia de desenvolvimento pode ser observada na seguinte imagem e trecho extraídos da cartilha.

**Figura 1 - Relação Urbano x Rural**



Fonte: MMA, 2014

Esse trecho ilustra as consequências negativas do desenvolvimento subscrito no termo *cidade*, que altera a reprodução da vida no campo, afetando modos de vida humanos e não humanos. Ao mesmo tempo, se observa um tom de neutralidade ao não destacar os responsáveis pelo avanço deste desenvolvimento e suas consequências – como a devastação das áreas ambientais –, às áreas que a política visa atingir.

Contudo, em um trecho seguinte, sobressai o direcionamento de parte da responsabilidade aos bolsistas: “Só sobrou mesmo da mata, nas terras das gentes simples, que, às vezes, necessitada, também derrubava uma árvore, também levantava um pasto, também passava uma motosserra”. (MMA, 2014, p.7) O encargo desigual dos custos do desenvolvimento passa a ser naturalizado. Há também uma posição ambígua que ora afirma que a floresta é abundante em seus recursos, ora afirma que o processo de desaparecimento da natureza foi acelerado pela ação da população.

Foi conferido, em certa medida, o reconhecimento à população, quando nos deparamos com o trecho que alude a criação do PBV “[...] recompensando o *povo simples que lutava com nobreza*” (MMA, 2014, p.11). Ainda assim, tal reconhecimento pode fomentar a desigualdade, quando este

se torna sinônimo de uma obrigação que deveria ser imputada ao Estado (SCHERER e SANTOS, 2015; MOREIRA, 2017 RIBEIRO e SOUSA, 2018).

De acordo com Moreira (2017) em seu estudo sobre o PBV na Reserva Extrativista de São João da Ponta, no Pará, além da responsabilização por parte do Estado às populações pobres rurais com a degradação do meio em que vivem, não há na cartilha “informações sobre os objetivos do Programa de promoção da cidadania e inclusão produtiva, sendo o foco voltado à conservação e a informações referentes à transferência de renda” (MOREIRA, 2017, p. 115).

Ainda assim, o PBV em si melhorou a perspectiva de qualidade de vida dado o aumento de renda obtido. Para algumas famílias, por vezes o valor recebido constitui a única ou principal fonte de renda, possibilitando especialmente maior autonomia das mulheres que o recebem (MOREIRA, 2017; RIBEIRO e SOUSA, 2018).

Por outro lado, as especificidades sociais não são devidamente retratadas, diante a diversidade das populações tradicionais. Essa generalização, além de desconsiderar aspectos regionais, contribui à essencialização destas populações como as únicas responsáveis pelo meio ambiente, além de reforçar alguns estigmas, que tem como pano de fundo a divisão sexual do trabalho que perpassa as relações de gênero.

## 2. O Papel de Gênero na Cartilha “O Dia em que a Mata Sumiu”

O processo de essencialização que se constrói ao longo da cartilha evidencia o modo de como Estado representa as populações pobres, sobretudo as mulheres pobres e rurais, que são a ponte desse tipo de política. Para Feltran (2014), o dinheiro passa a ter o valor de mediador de conflitos entre grupos populacionais, se elevando ao papel que a lei e a moral poderiam exercer sobre esses grupos. Dessa forma,

esquadrinhar a “população” e essencializar os recortes produzidos, objetivando-os, seria a função primeira da maquinaria de governo; a partir dessa classificação, pode-se produzir valoração seletiva e desigual de recortes populacionais produzidos. O valor atribuído a cada recorte, devidamente objetivado nessas classificações, pode, em seguida, ser monetarizado. [...] assim se faz com o solo urbano, que se recortam os “nichos de mercado”; assim também se deve agora recortar as populações, tornadas ao mesmo tempo “público-alvo” de marqueteiros e programas de governo (FELTRAN, 2014, p.497).

Embora a sua análise se concentre em outros contextos no eixo urbano, sua contribuição é relevante na medida em que aborda a lógica de separar e classificar populações. No caso deste trabalho, transporta-se essa análise ao papel que é atribuído às populações que residem em áreas protegidas, objetivando-as como as responsáveis pela conservação de recursos naturais para que assim se tornem aptas a entrar no programa e receber uma “quantia em grana” (MMA, 2014, p.13).

Fica claro que essa essencialização é possível devido à lógica de poder que se construiu em torno do Estado na modernidade. Para Dussel (2005), um poder que se estabelece a partir de um marco geográfico específico e que outorga a si a legitimidade de desconsiderar saberes e práticas que fogem desse marco. Assim, para Feltran, os “classificados como pobres estariam imersos nas franjas da incompletude de processos estruturais da modernidade, daí a atribuição de 'atraso' que permeia as leituras [...] acerca dos setores populares” (FELTRAN, 2014, p.499).

A posição das mulheres, neste contexto, estaria no epicentro da transferência de renda, visto que são elas as responsáveis em receber e utilizar o pagamento em prol de práticas sustentáveis, na relação que a família estabelece com o meio natural.

Entende-se que esta configuração afeta sobremaneira as mulheres, uma vez que a divisão sexual do trabalho “não apenas destina os homens à esfera produtiva e as mulheres à esfera reprodutiva, como também atrela aos primeiros às funções de maior valor social” (SILVEIRA; FREITAS, 2007, p. 10).

Não se trata em afirmar que este seja o principal aspecto negativo do conteúdo da cartilha, mas é um elemento que ganha centralidade, uma vez que, às mulheres, é atribuída a condição de receber o valor transferido. Assim como todos os outros elementos ressaltados aqui, este poderia passar despercebido.

Contudo, ao longo da cartilha, o que nos é apresentado são figuras de personagens femininos realizando atividades tipificadas como atividades domésticas para a manutenção familiar. Ao passo que personagens masculinos exibem atividades econômicas, como a extração, sendo aqueles que se deslocam para além do domínio pessoal e, por isso, socialmente mais valorizados.

**Figura 2 - A atividade das mulheres**



Fonte: MMA, 2014

O papel da mulher tem sido rotulado socialmente como uma dona de casa, figura materna e responsável pela família e lar, enquanto o papel do homem é de garantir o sustento material. Devido a essa divisão, por muito tempo a mulher não fez parte de algumas questões ambientais ao qual ela é peça fundamental dentro da sociedade para a conservação de seu ambiente (ROSA *et. al.*, 2016).

Entretanto isto é um equívoco, posto que aproximadamente dois terços das mulheres de países mais pobres trabalham na agricultura (SOF, 2006), e no Brasil, em particular, várias mulheres

da área rural que realizam variadas atividades econômicas, se articulam e se organizam em movimentos sociais nacionais, como a Marcha das Margaridas. Nesse sentido, as

camponesas, indígenas, negras, mulheres urbano-marginais que conformam os feminismos populares do Sul são as mesmas que o paradigma de desenvolvimento oficial percebe unicamente como receptoras de programas, a partir da posição de subalternidade (BARRAGÁN *et al.*, 2017, p. 120).

Conforme dito anteriormente, a cartilha reflete e sintetiza concepções construídas socialmente, que são parte de um discurso, de um *frame*, que é moldado por relações de poder e ideologias. Dessa forma, o discurso formata identidades e relações sociais, influenciando os sistemas de conhecimento e crença (FAIRCLOUGH, 2001). O olhar crítico exige dos elaboradores das políticas uma visão contextualizada, a fim de evitar representações generalizadas sobre os sujeitos da política.

Pode-se entender que há uma diferenciação simbólica nos desenhos da cartilha, que hierarquiza as práticas de homens e mulheres. A validade desse discurso demonstra como o saber hegemônico, além de subalternizar as populações tradicionais (MIGNOLO, 2003) com seus saberes e particularidades, ainda agrava a desigualdade de gênero.

Torreão (2007 *apud* ROSA *et. al*, 2016) infere que considerar a igualdade de gênero como forma de análise nas políticas públicas, revela que as questões reivindicadas por mulheres não só devem ser vistas em sua importância política, mas enquanto um fator estratégico para o alcance do desenvolvimento do meio ambiente e sustentabilidade. Rosa *et. al* (2016) aponta que não é suficiente apenas a inserção de mulheres em um modelo de desenvolvimento, se este processo ocorre através de programas assistencialistas e projetos de conservação que reproduzem e corroboram seu “papel tradicional” na sociedade.

Uma crítica importante que se faz ao discurso do modelo de desenvolvimento pode ser observada no trabalho das autoras feministas latino americanas Barragán *et al.* (2017), que apresentam como os diversos feminismos formularam suas concepções acerca da relação desenvolvimento e mulheres. Com especial atenção às produções fora do eixo europeu e americano, essas autoras entendem a retórica do desenvolvimento como um “discurso que tem desvalorizado sistematicamente outros saberes e provocado importantes efeitos de dominação – entre outros, sobre o corpo e a fala das mulheres” (BARRAGÁN *et al.*, 2017, p.90).

Para estas teóricas, as mulheres sempre operaram nos processos de desenvolvimento, dentro de suas culturas e sociedades específicas. Apontam também que o trabalho, doméstico ou não, foi essencial à manutenção de suas sociedades.

Estes apontamentos indicam que a desigualdade ambiental se apresenta, mesmo que sutilmente, no discurso da cartilha do PBV ao impor o dever da conservação dos recursos naturais apenas às famílias bolsistas e isentando outros atores, sejam do mercado ou Estado. Ademais, compreendemos que esta dimensão da desigualdade afeta sobremaneira a cidadania dessas populações, uma vez que o reconhecimento obtido se traduz cada vez mais na condição de responsabilidade e obrigatoriedade.

Outro aspecto importante é o papel dúbio da mulher, que é apresentada como a protagonista na questão da transferência de renda, contudo é diminuída na importância de suas atividades também produtivas. A essencialização da figura feminina no discurso da cartilha, a única a poder rece-

ber o valor, demonstra que, ao mesmo tempo que o fator renda pode gerar maior autonomia, pode, também, fortalecer desigualdades a partir da responsabilidade que a política pública determina.

**Figura 3** - A mulher como “guardiã da floresta”



Fonte: MMA, 2014

Nesse trecho, a ilustração de uma mulher segurando um cartão que dá acesso à Bolsa denota a questão social de renda. A árvore ao fundo, pode ser entendida como a revitalização da natureza, proporcionada pela criação do PBV. É interessante observar a forma com que o governo tardiamente “inventou um jeito de cuidar da natureza”, pois o que se construiu ao longo da cartilha foi um imaginário que revela um processo de uma destruição quase total da natureza.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade de saber e de poder se apresenta, ainda que sutilmente, no discurso da cartilha ao impor um dever apenas às famílias bolsistas, isentando outros atores. O modelo de escrita em cordel, que chega a ter um caráter lúdico, pode ofuscar e mesmo ocultar as implicações contidas nas entrelinhas e ilustrações da cartilha.

Por outro lado, inferimos que o aumento de renda condicionado pela política contribuiu para a maior autonomia das mulheres que o recebem como um ponto positivo, que pode ser ressaltado em futuras produções como desta cartilha em estudo. Bem como a política pública e seus benefícios podem e devem ser mostrados como o resultado de processos dinâmicos que ocorrem dentro de uma arena pública, e não como uma resolução vertical, idealizada como dádiva e convertendo direitos dos grupos sociais em obrigatoriedade e sujeito a rígidas condicionalidades.

A atribuição da responsabilidade em receber o valor em dinheiro às mulheres, mães de família, apresenta o aspecto negativo da essencialização feminina. A mulher continua a ser idealizada como o indivíduo que deve se preocupar com a família e o lar apenas, não tendo suas atividades produtivas valorizadas no conteúdo do material.

No que se refere especificamente ao programa, ele mostrou potencial para a cidadania das populações rurais e transformação da realidade, conforme se constata em alguns estudos feitos em duas reservas extrativistas da Amazônia (MOREIRA, 2017; RIBEIRO e SOUSA, 2018).

Porém, instrumentos como a cartilha são entraves para a efetividade da política, podendo sobrepor desigualdades – de gênero, de renda – e reforçando a permanência da desigualdade ambiental (PESSOA, 2019). Os cortes e a incerteza quanto à continuidade do programa agravaram a situação da pobreza e da desigualdade rural, tendo em vista o retorno de índices alarmantes no país.

## REFERÊNCIAS

- ACSERALD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 24. 2011.
- ACSERALD, et. al (Coletivo Brasileiro de Pesquisadores da Desigualdade Ambiental). Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental. *E-cadernos CES* 17, 2012.
- BARRAGÁN, Margarita Aguinaga, et al. Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, LANG e PEREIRA (Orgs.) *Descolonizar o imaginário: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. Elefante Editora, 2017.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 72, p. 495-512, set./dez. 2014.
- HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *Interfaces*, São Paulo, vol. 13, n1, 2008
- MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/ Projetos globais: colonialidades, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). *Perfil das Pessoas e Famílias no Cadastro Único do Governo Federal – 2013*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014.

MMA. *O Dia em que a Mata Sumiu*. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2014.

MMA. *Desenvolvimento Rural*. Disponível em <<https://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural.html>>. Acesso em: 11 de Novembro de 2019.

MORATO, Rúbia Gomes; KAWAKUBO, Fernando Shinji. Análise Espacial da Desigualdade Ambiental na subprefeitura do Butantã, São Paulo - SP. *Hygeia Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, Vol. 3, n.4, p. 66-73, Junho/2007.

MOREIRA, Carla C. Siqueira. *Entre a conservação ambiental e a transferência de renda: o Programa Bolsa Verde em uma Resex marinha na Amazônia*. Dissertação, Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia. Belém, 2017.

PESSOA, Cláudia F. F. *Políticas públicas e sustentabilidade: entendendo a desigualdade a partir das unidades de conservação, 2019*. (Relatório Técnico- científico). Tânia Guimarães Ribeiro (orientação).

RIBEIRO, Tânia Guimarães; SOUSA, Paulo Victor. Cidadania, Renda e Conservação: percepções sobre uma política socioambiental na Amazônia. *Nova Revista Amazônica*, Bragança, vol. VI, número especial, 2018.

ROSA, V. M.; SOUSA, K. F.; SZULCZEWSKI, N. A. S.; CARVALHO, A. V. Educação ambiental: o papel das mulheres na preservação do ambiente. *Natural Resources*, v.6, n.1, p.18-26, 2016

SCHERER, Elenise; SANTOS, Jander. Em defesa da floresta em pé: transferência de renda para as famílias guardiãs dos recursos ambientais na Unidades de conservação no estado do Amazonas. In: NASCIMENTO, Maria Antonia (Org.). *Tempo de bolsas: estudos sobre programas de transferência de renda*. Campinas, SP: Papel Social, 2015. p. 95-116.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF). *Agricultura na sociedade de mercado: as mulheres dizem não à tirania do livre comércio*. São Paulo, 2006. FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora da UNB, 2001.

SILVEIRA, Maria Lucia; FREITAS, Taís Viudes. *Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade de mercado*. São Paulo: SOF, 2007.